

NOVO ESTADO, NOVO HOMEM: CLASSE, RAÇA E MASCULINIDADES NA OBRA RECORDAÇÕES DO ESCRIVÃO ISAÍAS CAMINHA, DE LIMA BARRETO

*NEW STATE, NEW MAN: CLASS, RACE, AND MASCULINITIES IN THE NOVEL THE CLERK ISAÍAS
CAMINHA'S RECOLLECTIONS, BY LIMA BARRETO*

Jose Victor Nunes Mariano¹

Resumo: este artigo analisa o processo de construção social da masculinidade durante a Primeira República brasileira, no contexto de fins do século XIX e início do século XX, e sua relação com a constituição da esfera do trabalho livre e a situação vivida pela população negra no Brasil. A partir da atuação dos chamados homens da scientia na consolidação do Estado nacional, investiga-se como a formação republicana esteve profundamente articulada a modelos de masculinidade inspirados em ideários europeus de nação, legitimados por políticas estatais voltadas à disciplina e normatização da vida social. Tomando como objeto de análise a obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), de Lima Barreto, o artigo busca apresentar como a masculinidade se organizou enquanto prática ideológica do estado arraigada no mundo social, encontrando no mecanismo do branqueamento racial e na própria esfera do trabalho lugares propícios de propagação para a constituição de um imaginário de nação ligado às elites dominantes.

Palavras-chave: Masculinidades; Estado-nacional; Raça; classe; Lima Barreto; República.

Abstract: this article analyzes the process of the social construction of masculinity during the Brazilian First Republic, in the context of the late nineteenth and early twentieth centuries, and its relationship with the constitution of the sphere of free labor and the conditions experienced by the Black population in Brazil. Based on the actions of the so-called men of scientia in the consolidation of the national State, the study investigates how republican formation was deeply articulated with models of masculinity inspired by European ideals of nationhood, legitimized by state policies aimed at disciplining and regulating social life. Taking Lima Barreto's *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) as its object of analysis, the article seeks to demonstrate how masculinity was organized as an ideological practice of the State rooted in the social world, finding in the mechanisms of racial whitening and in the sphere of labor itself favorable spaces for the dissemination of an imaginary of nationhood linked to the dominant elites.

Keywords: Masculinities; Nation-state; Race; Class; Lima Barreto; Republic.

1 INTRODUÇÃO

A formação do estado-nacional republicano no Brasil foi extensamente estudada no campo das ciências humanas. Em um contexto de difusão dos ideais liberais de formação do estado-nacional, impulsionado, de um lado, pela ampliação de novos mercados consumidores para o capital global com a derrocada do império e, de outro, pelo contato direto com novas experiências políticas pelo traslado de ideias entre Europa e Brasil², vê-

¹ É poeta, ensaísta, pesquisador, comunicador e educador popular. É formado em Letras, pela Universidade de São Paulo, com mestrado na área de Estudos Comparados de Literatura de Língua Portuguesa, pela mesma universidade, lidando com temas como Literatura Afro-brasileira, Negritude, Mestiçagem e Masculinidades.

² Esse traslado de ideias, principalmente durante o século XIX, impunha ao contexto nacional um efeito de "ideologia estrangeira" (Schwarz, 2014, p. 61) que trazia consigo uma caricatura do ocidente que através das ideias e conhecimentos vinculados com as ordens da modernidade europeia, tais como o progresso, liberalismo, razão, civilização, etc. Segundo Roberto Schwarz, essa incorporação trata-se de uma ambiguidade que acompanha a própria constituição do sistema capitalista no Brasil, uma vez que essas ideologias encobrem sistematicamente o contexto de ascensão do capitalismo e a dura realidade de um Brasil de então que tinha, como eixo principal de sua formação social, a escravatura como modelo de trabalho.

se moldar, entre o final do século XIX e início do XX, um imaginário nacional aparelhado aos ideais de progresso e civilização³ (Schwarcz, 2019). Esse imaginário sedimentou a dinâmica social do Brasil à época, e foi reproduzida enquanto um discurso que buscou constituir um projeto de nação futuro – seja na imprensa, na produção intelectual ou nas políticas institucionais do Estado-nacional

O Brasil até então se encontrava em uma realidade de recente abolição da escravidão. A esfera do trabalho estava integralmente regimentada pela hierarquização racial; a produção intelectual e científica estava alinhada às instituições médicas e jurídicas, e a imprensa apresentava publicamente as disputas em torno das narrativas nacionais; por sua vez, a homossociabilidade⁴ ligada aos grandes homens da *scientia* e ao militarismo ditava as etiquetas e normas das ordens e práticas sociais masculinas republicanas; por fim, a mobilidade e integração social a uma sociedade assalariada dependia integralmente da proximidade ou distanciamento de sujeitos aos elementos supostamente degenerativos ou não degenerativos da nação brasileira, marcando uma série de empecilhos e desafios para uma real integração da população negra ao trabalho assalariado.

Em torno desse todo esse contexto, a projeção de uma imagem “civilizada” do Brasil por parte de uma elite econômica, não foi apenas uma tentativa de consolidação simbólica de um Estado-nacional aos moldes da Europa, mas se tratou também de um eficiente aparelho de controle, arregimentado por ideologias que buscaram legitimar a destruição de povos supostamente inferiores, através de uma política de estado alicerçada às ideologias de superioridade racial e aos ideários masculinistas e reprodutivistas do cientificismo e positivismo Europeu.

Frente esse contexto, esse artigo busca refletir sobre os pontos de contato entre a formação do Estado-nacional brasileiro e os valores instituídos pelo mesmo ao poder masculino, a partir da instituição das práticas sociais masculinas, as masculinidades enquanto projetos de gênero (Connell, 2005, p. 72), que, no contexto brasileiro da virada do século XIX para o XX, podem ser identificadas pela análise das relações de poder na esfera do trabalho. Pela análise da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), de Lima Barreto, o presente trabalho busca apresentar como a obra revela contradições do ideário masculino de nação desenvolvido até então. A partir da investigação sobre a dúbia posição de Isaías na malha racial brasileira e na esfera do trabalho assalariado, busca-se identificar como as dinâmicas de branqueamento, características à dinâmica social da época,

³ Grande parte do ideário constitutivo da nação republicana brasileira virá, como veremos a seguir, da produção intelectual de médicos, juristas e criminalistas que compunham o corpo pensante do Brasil de então. Os homens da *scientia* (Schwarcz, 2019) se incumbiram da tarefa de projetar uma nação futura a partir das ferramentas do estado-nacional. Esse aparelhamento entre ideias e estado esteve ligado a como o ideário do progresso e da civilização enxergava e instrumentalizava a categoria raça a fim de consolidar o poder de determinados grupos políticos na sociedade brasileira.

⁴ Entende-se a homossociabilidade enquanto a dinâmica social estipulada por pares “particularmente, mas não exclusivamente, masculina, desde mais ou menos a virada do século (XIX)”, como afirma a teórica Eve Kosofsky Sedgwick. Segundo a autora, a percepção e concepção de cultura ocidental esteve ligada às percepções de homossociabilidade/homossexualidade que, junto a outros pares como segredo/revelação e privado/público, constituem a base da formação cultural do ocidente (Sedgwick, 2007).

acompanharam também as lógicas de aproximação e distanciamento ao próprio ideal simbólico da masculinidade republicana. Dessa forma, investiga-se como a mobilidade do sujeito de cor parda⁵ entre os universos simbólicos da negritude e branquitude⁶ ocorreu por meio de um processo dialético que acompanhou o dúbio fluxo entre os universos simbólicos da feminilidade e masculinidade. Em seguida, intenta-se revelar, através do processo interpretativo, como a dinâmica do branqueamento racial atuou não somente sobre a domesticação de sujeitos negros⁷, no que se refere a sua incorporação à esfera do trabalho, mas também como mecanismo de integração subjetiva e simbólica de sujeitos negros ao imaginário masculinista e reprodutivista do Estado-nacional da primeira república.

2 MODERNIDADE E ESTADO-NACIONAL BRASILEIRO

Antes de apresentar o caminho de formação do estado-nacional republicano e do aparato imagético de nação, é importante apresentar algumas diferenças conceituais. Tanto os conceitos de nação quanto estado-nacional possuem uma longa linha de interpretação nas ciências humanas, mas se pode resumidamente compreender o Estado-nacional como um fenômeno da modernidade, desenvolvido na ascensão do capitalismo moderno, em que uma comunidade específica detém o monopólio do que é o uso “legítimo da força dentro de um território demarcado, e que procura unir o povo submetido a seu governo por meio da homogeneização, criando uma cultura, símbolos e valores comuns, revivendo tradições e mitos de origem ou, às vezes, inventando-os (Guibernau, 1996, p. 56). Trata-se, portanto, do Estado enquanto aparelho jurídico e força institucional que busca ativamente agir sobre determinados grupos sociais a partir de projetos políticos específicos, com o objetivo de constituir coletivamente uma homogeneidade cultural e política nacional.

Por sua vez, pode-se conceitualizar nação como um “um grupo humano consciente de formar uma comunidade e de partilhar uma cultura comum, ligado a um território claramente demarcado, tendo um passado e um projeto comuns e a exigência do direito de se governar” (Guibernau, 1996, p. 56). Enquanto o estado-nacional depende do aparelho

⁵ Utiliza-se a compreensão de pardo enquanto uma característica de cor que demarca uma posição de fronteira junto às identidades sociais e políticas da sociedade (Anzaldúa, 2016).

⁶ Compreende-se branquitude e negritude como conceitos para além das noções estabelecidas de identidade social. Branquitude pode ser tratado como o locus de poder social que um grupo social ocupa “no que diz respeito a recursos materiais e simbólicos gerados inicialmente pelo colonialismo e pelo imperialismo, e que são preservados na contemporaneidade”, através de uma prática de poder exercida de forma consciente ou inconsciente por pessoas brancas (Schucmann, 2020, p. 61). Enquanto negritude, compreende-se não a cor da pele de um sujeito ou grupo social, e sim a história coletiva e compartilhada de desumanização, espoliação, opressão e destruição cultural de uma massa populacional. Trata-se da consciência da historicidade da violência que se torna uma “convocação permanente de todos os herdeiros dessa condição para que engajem no combate para reabilitar os valores de suas civilizações destruídas e de suas culturas negadas” (Munanga, 2009, p.19). São, portanto, polos que circunscrevem as dinâmicas de poder das relações sociais de determinado momento histórico e às respostas políticas construídas em cada um desses polos, visando a manutenção ou reivindicação coletiva dos espaços de poder.

⁷ Compreende-se a categoria negro, no contexto deste artigo, como uma identidade política constituída por um sistema simbólico de representação (Woodward, 2000). Diferente da categoria pardo enquanto cor, ligado à experiência individual de violência vivida e pela categorização jurídica atribuída a esse elemento, a identidade política se refere à concepção coletiva e política da alteridade, arremetida por discursos históricos e projetos de incidência na sociedade.

jurídico e organizacional do estado para constituir a homogeneização cultural e política de um território, a nação pode ser compreendida como um processo imagético, simbólico e subjetivo, em que determinado grupo de sujeitos, apesar de possíveis diferenças culturais, se amalgamam em um ideal coletivo de “nós”. Dessa forma, trata-se uma comunidade, pois “independentemente da desigualdade e da exploração efetiva que possam existir dentro dela, sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal” (Anderson, 2020, p. 34). Ou seja, é uma “comunidade política imaginada, simultaneamente limitada e soberana” (Anderson, 2020, p. 32), pois necessita de um processo de coletivização de símbolos do mundo social para sua materialidade e um determinado sentido de comunhão.

Compreendendo a diferença entre ambos os conceitos, podemos dizer que o estado-nacional pode ter influência direta ou indireta na noção coletiva sobre “nós”. Se o estado-nacional possui as forças institucionais e políticas de controle e cerceamento de um território, pode-se dizer que o imaginário coletivo de nação pode ser devidamente direcionado a um projeto político específico por meio dos aparelhos ideológicos do estado (Althusser, 1980, p. 43). Portanto, o estado-nacional molda a realidade material, o sentido e significado coletivo do “nós”, a partir de um aparato ideológico, ou seja, “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e especializadas” (Althusser, 1980, p. 43). Não é de se estranhar, por exemplo, que a ascensão dos estados nazi-fascistas, durante o século XX, possuíam em seu projeto constituinte a estratégia de inserção simbólica e ideológica no imaginário populacional através do aparelho escolar, familiar, jurídico, cultural, médico, cultural, etc⁸.

No contexto de formação do estado-nacional brasileiro, a historiadora Lilian Schwarcz demarca que o processo esteve ligado a um diálogo permanente entre intelectuais brasileiros, principalmente juristas e médicos, com as ideologias do progresso provenientes da Europa Central e, principalmente, da França, que buscavam comprovar a suposta superioridade de determinados povos, sujeitos e nações em detrimento de outros. Esses intelectuais, na virada do século XIX para o XX, se incumbiram de projetar a imagem de nação brasileira futura visando um estado nacional integralmente ligado às ordens civilizatórias e liderado, em sua grande parte, pela elite política e econômica da época.

⁸ Referente à constituição dos estados nacionais, a linha revolucionária dos estudos de Estado nos traz importantes reflexões que podem ser contrastadas ao contexto histórico-social do Brasil. Para Lenin (Lenine, 1977), a centralidade do estado moderno se dá a partir do momento em que é necessário justificar os privilégios sociais, a exploração do trabalho e o próprio capitalismo. A partir da divisão social estratificada em classes sociais e da ascensão do capitalismo enquanto modelo de sistema econômico, o estado surgiria como um aparelho de domínio com certa autonomia em relação ao restante da sociedade – podendo ser dividido na história do ocidente, em sua visão, no estado escravista, estado feudal e estado capitalista. Sendo uma ferramenta estruturante da divisão de classes em uma sociedade capitalista, seria mandatário de todo e qualquer projeto revolucionário que esta ferramenta fosse tomada pela classe de trabalhadores a fim de liquidar toda forma exploração. De fato, no contexto brasileiro, a ascensão do estado-nacional está intimamente ligada à incorporação do país ao capitalismo dependente e à formação das classes sociais a partir da derrocada do império, da abolição da escravatura e da centralidade da economia cafeeira. No contexto deste artigo, é crucial entendermos como o desenvolvimento do estado republicano depende também de práticas ideologicamente marcadas e socialmente constituídas em torno dos papéis de gênero e do elemento racial.

Esse diálogo de ideias não era espontâneo. Estava conectado ao contexto de intercâmbio cultural em que o conhecimento proveniente desses países era acessado e reinterpretado, de distintas formas, ao contexto brasileiro. Tratam-se de ideias que, como afirma Roberto Schwarz, viajavam através das próprias intentas marítimas:

No que interessa à literatura brasileira do século XIX, acho até que viajam de barco. Vinham da Europa de quinze em quinze dias, no paquet, em forma de livros, revistas e jornais, e o pessoal ia ao porto esperar. Quem lida com história literária - ou, para dar outro exemplo, com história da tecnologia - não pode fugir à noção do influxo externo, pois são domínios em que a história do Brasil se apresenta em permanência sob o aspecto de atraso e atualização (Schwarz, 2006, p. 48).

Se a literatura europeia encontrou caminhos de inserção em território nacional a partir das viagens marítimas, pode-se dizer que o mesmo ocorreu no que concerne às ideologias que formaram o aparato conceitual e jurídico do estado-nacional brasileiro. A partir das rotas marítimas dos países europeus para suas colônias, o autor expõe o trajeto realizado pelos objetos culturais ao Brasil – que seguiam o próprio fluxo transatlântico da colonização. Nessa perspectiva, pode-se afirmar que a filosofia liberal do Estado e a projeção do ideal do progresso “viajaram” de barco e encontraram em solo brasileiro um contexto propício de pulverização.

É importante frisar que a mudança do Império para a República partiu não somente de uma mudança econômica e política, mas também cultural-discursiva. Para se opor a um imaginário de nação pré-moderno, cristalizado por uma malha racial negra, miscigenada e ligada à esfera do trabalho escravista, esses intelectuais buscaram ativamente desenvolver uma imagem de nação que não só representasse o ideário do Progresso, mas que simultaneamente respondesse aos anseios e medos de uma elite econômica⁹. O enfrentamento ao elemento degenerativo da sociedade tornou-se então linha primária do pensamento desses intelectuais que regiam o imaginário da nação pelos aparelhos ideológicos do Estado.

Anne McClintock, em sua obra *Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial*, aborda o receio dos estados colonizadores em torno da ideia de degeneração da nação colonizada:

⁹ Como afirma Emilia Viotti da Costa, a “ideia de revolução esbarrava sempre no receio de uma revolta de escravos” (Da Costa, 1987, p. 27), e demarca que o comportamento da burguesia era frequentemente “elitista, racista e escravocrata”. A conjuntura de um país de maioria negra trazia, no contexto das classes dominantes, um medo que se alastrava indiscriminadamente em torno da luta negra. Celia Maria Marinho de Azevedo (1989) destaca o agenciamento da elite política e econômica, na virada do IX para o XX, na constituição de um discurso de incapacidade do negro ao trabalho livre. Transformado em discurso ideológico, e visto extensamente em relatos políticos da época, a autora revela como o medo das revoltas e organizações populares negras invadiu o imaginário das elites, desembocando em políticas de estado que visavam o enfrentamento do problema negro no Brasil.

(...) a ideia de progresso que iluminou o século XIX foi acompanhada por seu lado sombrio. Imaginar a degeneração em que a humanidade poderia cair fazia parte necessária de imaginar a exaltação a que ela poderia aspirar. As classes degeneradas, definidas como desvios do tipo humano normal, eram tão necessárias para a auto definição da classe média quanto a ideia de degeneração era para a ideia de progresso, pois a distância percorrida por algumas partes da humanidade ao longo do caminho do progresso só podia ser medida pela distância em que outras estavam atrasadas (Mcclintock, 2018, p. 80).

A autora é incisiva ao expor a relação entre o ideal do progresso, eixo primário da constituição dos Estados-nacionais europeus, e os ditos sujeitos degenerados. Sob a caracterização de “desvios do tipo humano normal”, são eles que demarcam o que deve ser sistematicamente evitado no imaginário constituinte do Estado-nacional. Não é difícil imaginar a contradição da incorporação desse aparato discursivo ao território brasileiro, espaço ainda imerso na instituição da escravidão e em uma dinâmica social do trabalho ligada ao clientelismo. É frente o diálogo Brasil x Europa, no cerne da relação Progresso x Atraso, e tendo como pilar a degeneração como linha discursiva da narrativa de nação, que as teorias científicas ganham projeção nacional em fins do século XIX e início do XX. Assim, os estudos no campo médico-biológico-jurídicos começam a invadir também o campo das humanidades, encontrando no discurso médico-criminal-patologizante uma estratégia de resolução para o suposto problema racial brasileiro.

Compreender a dinâmica da formação do Estado-nacional brasileiro a partir da centralidade discursiva da raça nos possibilita averiguar como essa categoria foi central para o desenvolvimento do imaginário de nação futura e, conseqüentemente, para o controle das populações marginalizadas. No entanto, raça não é uma categoria que atua só: relaciona-se e entremeia-se às construções sociais em torno das noções de gênero. Ambas, por sua vez, são dimensionadas pela estrutura no território – atuando como marcadores que intensificam os níveis de desigualdade e exclusão no país. Dessa forma, pode-se afirmar que o controle das práticas sociais masculinas, a masculinidade propriamente dita, tornou-se uma estratégia primordial do Estado-nacional para o controle da sociabilidade e da própria esfera do trabalho do Brasil no final do século XIX e início do XX, pois é através do controle das etiquetas e dos valores sociais do poder masculino que se controla um povo. É como se viu anteriormente: controlando-se um povo, controla-se a narrativa de uma nação.

3 O HOMEM-NACIONAL DA REPÚBLICA: MASCULINIDADES EM QUESTÃO

A população negra, impossibilitada, sobretudo, de participar ativamente do Estado-nacional pela sua posição marginalizada na esfera do trabalho livre e ausente dos espaços que ditavam os caminhos da nação brasileira, foi lida como um engodo para o pleno desenvolvimento nacional. O Estado-nacional elabora então um aparato jurídico-

institucional que vai arquitetar a vigília dessas populações em prol do controle do agenciamento do desejo da nação futura (Miskolci, 2012, p. 43), incorporando ao projeto nacional um mecanismo de cerceamento que não se liga somente à branquitude, mas também ao poder e hegemonia de um ideário masculino e à construção de uma ordem social de cunho reprodutivista. Segundo Richard Miskolci:

No Brasil, a preocupação coletiva com a sexualidade emergiria na intersecção de discursos políticos, científicos e literários sobre a nação brasileira que seguiam objetivos como o de branqueamento/civilização de nosso povo por meio de práticas claramente discriminatórias ou formas sutis de rejeição, disciplinamento e controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo (portanto heterossexual), branco e viril (Miskolci, 2012, p. 43).

As fronteiras do Estado-nacional estão sob constante vigília com objetivo de disciplinamento das relações íntimas no campo do afeto/desejo. Além disso, o conceito de civilização está calcado no ideário do branqueamento racial que objetiva a centralidade do poder social sobre a identidade étnica branca. Essa perspectiva de formação de *nação* desembocaria, anos à frente, na imigração em massa de trabalhadores europeus em terras brasileiras e em uma estratificação e hierarquização racial das classes sociais e do acesso ao trabalho assalariado. É da nação imaginada pelas elites, em contraste com a posição social das minorias políticas nacionais, que Miskolci cunha o conceito de “desejo de nação”. O “desejo de nação” está vinculado à relação entre o imaginário simbólico, construído na noção do progresso nacional, e um projeto político de cunho supremacista e masculinista que vê a realidade como “biológica, racialmente classificável e cuja harmonia dependia de embranquecimento” (Miskolci, 2012, p. 43). Para constituir esse projeto, as instituições nacionais deveriam obrigatoriamente regular tanto os corpos negros quanto todo o mercado de afetos e desejos da sociedade através de práticas de disciplinamento e “controle das relações íntimas, particularmente as afetivas e sexuais, conformadas ao ideal reprodutivo, branco e viril (Miskolci, 2012, p. 42). Assim, pode-se dizer que o estado-nacional projetou uma imagem de nação que teve como pilares ideológicos a reprodutividade biológica, o branqueamento racial e a instituição de práticas sociais masculinas.

É nesse complexo ato imaginativo da nação futura que novas práticas masculinas serão moldadas, trazendo consigo ideologias ligadas à elite política e econômica do Brasil. Esses modelos ganharão forma nos âmbitos institucionais/legais do estado-nacional a partir dos aparelhos ideológicos, da divulgação do conhecimento científico e da implementação de políticas de controle. Assim, foi atribuída às figuras masculinas o papel de agentes de produção do conhecimento, lhes possibilitando o desenvolvimento imagético da nação

futura que “lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país” (Szwarcz, 2019, p. 50).

Como vimos anteriormente, o Estado-nacional busca controlar o imaginário nacional através do controle dos símbolos e valores sociais. Assim sendo, a “masculinidade hegemônica”¹⁰ só pôde se constituir, no contexto de formação do Estado-nacional republicano, pelas políticas de controle e pela instituição de práticas sociais masculinas que reforçam o poder do patriarcado no mundo social. No entanto, ainda resta identificar como o poder masculino atua na sociabilidade cotidiana, no que se refere a sua permeabilidade ideológica. Nesse espectro, a esfera do trabalho e a constituição das classes sociais no Brasil são elementos cruciais para compreendermos como a masculinidade se tornou ferramenta de controle simbólico sobre o imaginário coletivo de nação. A partir do exemplo da obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909), de Lima Barreto, buscar-se-á demonstrar, na próxima sessão, como o ideário masculino republicano se incorpora à dinâmica social e sociabilidade da esfera do trabalho livre – principalmente no que se refere à dura realidade vivida pela população negra à época.

3.1 ISAÍAS CAMINHA: ENTRE A IDEALIZAÇÃO MASCULINA E A RACIALIZAÇÃO FEMININA

Se por um lado é possível mapear o desenvolvimento de um imaginário de nação futuro calcado em modelos e práticas sociais masculinas segmentadas pela ordem de gênero, é possível investigar como autores e autoras negras, em fins do século IX e início do XX, encararam e até mesmo propuseram, através da literatura, contra narrativas aos modelos masculinos hegemônicos nacionais.

A dinâmica de formação da masculinidade hegemônica republicana colocou de lados opostos o supostamente humano e o supostamente degenerado. Se por um lado é possível identificar o modelo ideal de homem pelos “homens da *scientia*” e pelo militarismo republicano¹¹, vê-se na produção literária afro-brasileira, em contrapartida, um movimento que questiona as padronizações e etiquetas masculinas, apresentando as contradições da ordem de gênero nas dinâmicas sociais da nova esfera do trabalho.

¹⁰ Podemos compreender a existência de uma masculinidade hegemônica quando os sentidos de poder e institucionalidade estão aparelhados com objetivo de criar um padrão hegemônico de práticas sociais masculinas no mundo social (Connell, 2005). Elas seriam acompanhadas, por sua vez, de masculinidades subordinadas, ou seja, de padrões de práticas sociais masculinas que não estão ligadas em sentido e valor com os modelos reinantes em determinada sociedade. Apesar dos conceitos em questão serem extensamente debatidos e colocados frequentemente em cheque, há uma forma contundente de como o estado-nacional projeta, através dos aparelhos ideológicos do estado, um padrão masculino a ser seguido que projeta a disputa simbólica com quaisquer outros padrões que fujam ou confrontem as ideologias nacionais. É sobre essa perspectiva de disputa que o conceito de masculinidade hegemônica é trazido para este artigo.

¹¹ Apesar de não ser o foco deste trabalho, é possível mapear também uma masculinidade intrinsecamente ligada ao militarismo republicano. Com o avanço da primeira república e das ordens militares que ocupavam o poder do estado, práticas sociais ligadas à etiqueta masculina do exército brasileiro podem ser identificadas na formação do estado-nacional brasileiro. No campo literário, esse debate é extensamente elaborado pela obra *Triste fim de Policarpo Quaresma* (1915), de Lima Barreto.

Para o contexto deste artigo, a obra de Lima Barreto ocupa um lugar central no debate por mobilizar uma série de elementos caros ao contexto de modernização da produção econômica do Brasil e também por revelar a radical mudança cultural então em curso no país. Seja pelo entrelaçamento entre vida e obra em composições literárias que retratam “os dramas pessoais e a vida da época” (Machado, 2002, p. 55), por sua “consciência renovadora impulsionada a cada passo pelo radicalismo” (Prado, 1976, p. 26), ou pela verossímil ambientação do Rio de Janeiro: o trabalho de Lima sempre esteve imerso às mudanças históricas vinculadas à modernidade à brasileira. Os grandes fatos ocorridos no Rio de Janeiro, inclusive, foram frequentemente abordados nesses estudos. Por sua centralidade política na economia cafeeira e por abrigar durante décadas a família real portuguesa, a cidade se tornou palco do que pode ser caracterizado como “encenação” do progresso. Diz o historiador Nikolau Sevchenko:

(...) acompanhar o progresso significa somente uma coisa: alinhar-se com os padrões e o ritmo de desdobramento da economia europeia, onde “nas indústrias e no comércio o progresso do século foi assombroso, e a rapidez desse progresso miraculosa”. A imagem do progresso – versão prática do conceito homólogo de civilização – se transforma em obsessão coletiva da nova burguesia (Sevchenko, 1999, p. 29).

A incorporação do Brasil no contexto político republicano, a intensa importação de modelos científicos europeus e a formação de uma nova burguesia em resposta ao declínio de uma antiga aristocracia imperial mudaram o cenário de sociabilidade em voga, expondo a cidade a uma série de mudanças que visavam uma suposta modernização do espaço e dos costumes do Brasil. Novas roupas, mais próximas de um modelito à moda europeia, surgiam na capital; o alargamento de vias públicas tornou-se prática comum, valorizando espaços centrais da cidade e marginalizando consequentemente a população mais pobre às regiões periféricas da cidade; inovações tecnológicas foram incorporadas ao sistema de produção nacional desembocando em um processo de industrialização nas décadas posteriores; uma imprensa de grande influência no cenário político se mostrou cada vez mais presente. Tratam-se de elementos que são comumente vistos como comprovadores da modernidade brasileira e que revelam uma crise entre o que se enxergava como “novo” em contrapartida ao “antigo” no imaginário de nação.

A obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) expõe tais contradições a partir do ponto de vista de um narrador de cor parda que tenta se inserir na esfera do trabalho livre nos primeiros anos do século XX. O romance é o primeiro publicado por Lima Barreto e conta a história do personagem Isaías Caminha em sua saída do interior em direção à capital carioca em busca do reconhecimento profissional, intelectual e acadêmico. De origem pobre, Isaías espelha-se na figura do pai, “fortemente inteligente e ilustrado”

(Barreto, 2018, p. 19) para perseguir seu sonho em se tornar um renomado homem das belas letras. Ao chegar no Rio de Janeiro, o personagem inicia um longo processo de sucessivas e fracassadas tentativas de inserção no mundo do trabalho assalariado. Barreiras são colocadas, impossibilitando-o de alcançar o almejado sonho. O foco narrativo, construído em primeira pessoa, em um ato de rememoração do passado, flerta entre as sensações do desconhecimento racial, do medo, da dor e miséria. Obstáculos são sistematicamente colocados contra o personagem, revelando frustrações, sofrimentos e preconceitos de origem racial e de classe.

Após sucessivas tentativas, o personagem adquire um emprego na gazeta do jornal O Globo por meio do jornalista de origem russa Gregoróvitch Rostóloff. A partir desse ponto, vê-se uma alteração do foco narrativo da obra, com Isaías Caminha agora atento às dinâmicas sociais da homossociabilidade no mundo jornalístico. O cotidiano da imprensa nos é apresentado pelo personagem que descreve as dinâmicas de poder da instituição, seus conflitos e contradições. Após galgar uma posição privilegiada na redação, mantendo uma amizade com o diretor Aires D'Ávila, Isaías Caminha abandona subitamente seu emprego, desiludido com a posição que ocupava.

O romance de Lima Barreto pode ser dividido em duas partes. A primeira trata da ida de Isaías até a capital do Rio de Janeiro e suas tentativas em adquirir um trabalho formal, somado às suas experiências de pobreza, miséria e racismo vividos na capital. A segunda, por sua vez, trata de sua inserção no universo da imprensa e incorporação ao mundo do trabalho assalariado. Essa divisão acompanha dois momentos narrativos diferentes e focos temáticos igualmente distintos.

Na primeira etapa do romance, vê-se a narrativa centrada nas memórias de Isaías em que suas dores e percalços vividos são extensamente narrados. Nesse momento, é frequente a aparição das memórias de sua mãe e pai: enquanto as lembranças da figura materna estão ligadas às ideias de pobreza material e intelectual, as da figura paterna, em contrapartida, são sempre retomadas em imagens de idealização masculina, quase como uma representação de uma suposta glória almejada – integralmente conectada aos ideários do conhecimento infinito e às práticas sociais masculinas ligadas às elites econômicas do país. A motivação de sua ida à capital do Rio de Janeiro relaciona-se à obtenção simbólica do prestígio social, ou seja, à ocupação de uma certa posição de classe. Nessa missão, a imagem de seu pai é central por projetar valores e símbolos relacionados ao poder masculino e à representação social de intelectual. O livro inicia-se com a seguinte passagem:

A tristeza, a compreensão e a desigualdade de nível mental do meu meio familiar agiram sobre mim de modo curioso: deram-me anseios de inteligência. Meu pai, que era fortemente inteligente e ilustrado, em começo, na minha primeira infância, estimulou-me pela obscuridade de suas exortações (Barreto, 2018, p. 20).

Percebemos que o narrador relaciona os graus de desigualdade social e econômica aos seus “anseios de inteligência”. Seu universo familiar, segundo Isaías, esteve sempre ligado à tristeza e à desigualdade de nível mental - colocando-o, assim, em uma posição de subalternidade na produção e aquisição de conhecimento. A representação do pai serve como fonte de inspiração por ser “fortemente inteligente e ilustrado”, estimulando-o pela “obscuridade de suas exortações” (Barreto, 2018, p. 20).

Isaías nos dá um exemplo dessa obscuridade relembrando uma cena passada com seu pai quando criança. O narrador teria nascido no mesmo dia em que Napoleão Bonaparte venceu a batalha de Marengo. Após o filho perguntar quem era Napoleão, seu pai apenas responde: “Um **grande homem, um grande general...**” (Barreto, 2018, p. 20, grifo nosso). O parágrafo finaliza com Isaías relatando sua sensação de prazer ao ouvi-lo: “a **entonação de voz, o gesto e o olhar** ficaram-me eternamente. Um **grande homem! ...**” (Barreto, 2018, p. 20, grifo nosso). Há, por parte do narrador, a valorização de elementos que se apresentam em um eixo da comunicação corporal, ou seja, gestos e atos performativos do corpo ligados a certa forma de ser homem no mundo. Além disso, é marcante no trecho a ênfase dada pelo narrador ao valor do masculino, reiterando, diversas vezes, a expressão “um grande homem”. Em certa medida, o atributo da inteligência e inspiração individual de Isaías concatenam-se à figura masculina do “grande homem” que era Napoleão e que, de alguma forma, espelha-se também na imagem do pai.

Ainda na primeira página do romance, Isaías continua o relato:

Pareceu-me então que aquela sua **faculdade de explicar tudo**, aquele seu **desembaraço de linguagem**, a sua **capacidade de ler línguas diversas** e compreendê-las constituíam não só uma razão de ser de felicidade, de abundância e riqueza, mas também um título para o **superior respeito dos homens e para a superior consideração de toda a gente** (Barreto, 2018, p. 20, grifo nosso).

No trecho, temos novamente a relação entre conhecimento e representação masculina. É importante demarcar que, apesar de ser possível identificar elementos que se incorporam a algo que se poderia denominar como “conhecimento” e “inteligência” - como, por exemplo, a habilidade de ler línguas diversas - os elementos interativo-sociais da sociabilidade¹² dominam o trecho. Estes elementos, por sua vez, estão conjugados às representações masculinas da sociedade. Isaías vincula o conhecimento e a inteligência não somente aos ideais de “felicidade” e “riqueza”, mas também a um título social “para o superior respeito dos **homens**” e, consequentemente, à “superior consideração de **toda a gente**” (Barreto, 2018, p. 20, grifo nosso).

¹² Acredito que tanto a “faculdade de explicar tudo” e o “desembaraço de linguagem” são elementos circunscritos a um eixo interativo-social, próprio da prática social, vinculado aos gestos e às formas como o corpo pode ser lido em sociedade e associado às diferentes relações de poder na ordem gênero na sociedade.

Esses valores atribuídos ao masculino são distintos quanto comparados às características projetadas na figura materna. Diz o narrador, logo no início do romance, que: “(...) O **espetáculo do saber de meu pai**, realçado pela **ignorância de minha mãe** e de outros parentes dela, surgiu aos meus olhos de criança como um deslumbramento” (Barreto, 2018, p.19, grifo nosso). O narrador segue apresentando a diferença de tratamento e, consequentemente, as diferentes projeções e valores de cada uma de suas filiações: “se **minha mãe me aparecia triste e humilde** – pensava eu naquele tempo – era porque não sabia, **como meu pai**, dizer os **nomes das estrelas do céu e explicar a natureza da chuva**” (Barreto, 2018, p. 19, grifo nosso). Percebe-se um valor incrustado no saber que se desdobra nos papéis de gênero tanto do pai quanto da mãe. Em outra passagem, diz o narrador:

Não sei que de raro excepcional e delicado, ao mesmo tempo perigoso, ele via em mim, para me deitar aqueles olhares de amor e espanto, de piedade e orgulho. Aos seus olhos - muitas vezes se me veio a afigurar - eu era como uma **rapariga**, do meu nascimento e **condição**, extraordinariamente **bonita, vivaz e perturbadora** (Barreto, 2018, p. 27, grifo nosso).

Primeiramente, há uma contradição nas palavras utilizadas pelo narrador ao prever os sentimentos da mãe. “Espanto” se contradiz semanticamente com o “amor”; da mesma forma que “piedade” com “orgulho”. A dubiedade do jogo de palavras torna difícil identificarmos claramente um juízo de valor de sua mãe para com o filho. É evidente também a posição de feminilização de Isaías ao confrontar os olhares: ele se vê como uma rapariga. A palavra instaura um referencial de gênero no discurso, enclausurando-o em um pilar estritamente feminilizante, em polo oposto ao do referencial do pai - um homem idealizado aos moldes de uma masculinidade da modernidade em que o conhecimento infinito e o ideal progresso estão fortemente caracterizados.

Em um outro momento, afirma Isaías Caminha que “Eu devaneava e ia-lhe vendo o **perfil esquelético, o corpo magro, premido de trabalhos, as faces cavadas com os maldades salientes**, tendo **pela pele parda manchas escuras, como se fossem de fumaça entranhada**” (Barreto, 2018, p. 27, grifos nossos). Existe uma sequência de caracterizações negativas da figura da mãe - “corpo magro”, “premidido de trabalhos” e “maldades salientes” - que realçam a dureza da descrição de sua experiência de cor. Esta não somente parda, mas também com manchas escuras permeando sua pele. O dado racial é incrustado nesse polo feminino da filiação materna, constituindo imagetivamente o elemento simbolicamente negativo e que, cada vez mais, contrasta com as imagens dos grandes homens da sociedade carioca:

Ah! Seria doutor! **Resgataria o pecado original do meu nascimento humilde**, amaciaria o **suplício premente, cruciante e onímodo de minha cor...** nas dobras do pergaminho da carta, traria presa a

consideração de toda a gente. Seguro do respeito à minha **majestade de homem**, andaria com ela mais firme pela vida em fora (Barreto, 2018,, p. 25, grifo nosso).

Ao se tornar doutor, Isaías Caminha projeta uma imagem de negação aos elementos raciais vinculados à degeneração. O emular da masculinidade idealizada trata-se da incorporação de um discurso moldado a partir de categorias e objetos estritamente relacionados ao conhecimento infinito e às posições sociais da elite econômica. Ou seja, é necessário destruir sua origem racial a fim de adquirir uma posição social de prestígio na sociedade. Dessa forma, as memórias funcionam como eixos norteadores das projeções de Isaías: de um lado está o ideário do progresso nacional e conhecimento infinito ligado ao masculino (memórias do pai e projeções do que significa ser homem na sociedade); de outro, a degeneração feminina de raça (memórias da mãe vinculadas à miséria, ausência de conhecimento, degeneração e trabalho braçal). Enquanto as memórias do pai se vinculam ao ideário do progresso e à possibilidade de conquista de espaços sociais de prestígio, as da mãe, em contrapartida, se conectam ao elemento racial negro, à fraqueza feminina e ao lugar do trabalho. Tratam-se de pontos cruciais para se entender como os elementos de classe, raça e gênero se interseccionam na narrativa, no exato ponto em que o romance nos apresenta as dificuldades materiais vividas pelo narrador em sua inserção no mundo do trabalho livre.

Com a entrada de Isaías Caminha na Imprensa, o romance sofre uma radical alteração em sua forma. As memorações se tornam cada vez mais raras e um narrador mais descritivo toma lugar na narrativa. Vê-se um Isaías Caminha que se “desprende” de si e que foca a narração na homossociabilidade masculina, nas dinâmicas sociais e nos jogos de poder da imprensa carioca - utilizando a ironia como recurso primário de composição literária.

Além disso, junto à quebra da estrutura narrativa, identifica-se também uma drástica diferença na projeção dessas masculinidades por parte do próprio narrador. Estas não fazem mais parte dos graus idealizantes da primeira parte, ligados a um certo princípio de virilidade gloriosa masculina trazido pela imagem de seu pai ou dos grandes homens da sociedade carioca. São figuras caricaturais e que geram uma “discordância entre a imagem que apresentam aos outros, pela atividade exercida, e aquilo que de fato são” (Figueiredo, 1998, p. 174). O ambiente do jornal é espacializado como lugar de falsa moralidade, repleto de máscaras que devem ser vestidas pela etiqueta social do ofício da imprensa e assumidas pelos produtores de opinião que se caracterizam pela “inteligência medíocre, ausência de sensibilidade, talento (...) e comprovam uma “escolha do autor, coerente com o absurdo da coexistência de técnica e inépcia na produção da palavra pelos meios de comunicação” (Figueiredo, 1998, p. 117). Um trecho que demarca o tom descritivo e irônico é sua descrição sobre o personagem Floc:

Floc, porém, sobre todos tinha o grande prestígio de ter estado em Paris e ter sido segundo-secretário da nossa legação em Quito. Por isso ele mesmo se julgava mais depuradamente artista que o resto dos rapazes que faziam literatura pelo Brasil em fora; e o seu estágio diplomático em Quito dava-lhe também um infalível julgamento nas coisas de alta elegância e um saber inarrável nas maneiras de tratar duquesas e princesas. Fazia a crônica literária, as crônicas teatrais dos espetáculos de todas as celebridades, as informações sobre literatura e pintura, além do plantão semanal em que ajeitava frases lindamente literárias, dados da psicologia chic, às notícias de assassinatos perpetrados por soldados ébrios na rua de São Jorge, não esquecendo nunca de dizer que o “criminoso é o tipo acabado do criminoso nato, descrito pelo genial criminalista italiano Lombroso” (Barreto, 2018, p. 112).

Percebe-se no trecho o tom irônico do narrador frente o personagem que trazia pela escrita literária informações e dados ligados ao ideário literário europeu e também ao pensamento científico criminal – o narrador sabiamente cita o criminalista Cesare Lombroso (1835-1909), pai da criminologia moderna e antropologia criminal. O tom da expressão “se julgava mais depuradamente artista” ou em “(...) dava-lhe também um infalível julgamento nas coisas de alta elegância e um saber inarrável nas maneiras de tratar duquesas e princesas” revela um tom jocoso do narrador para com o personagem. Esse exemplo mostra a linha temática e formal que circunscreve grande parte da segunda parte do romance, em que o narrador apresenta personagens caracterizados por uma falta de moralidade e ética – e em que um suposto elogio revela, ironicamente, um reforço da ausência de suas qualidades.

Em outro momento, no mesmo capítulo, o narrador nos apresenta mais alguns personagens:

(...) havia o Losque e o Lara, homens de espírito, humoristas, espécie de cavalaria, parte viva no ataque e capaz ainda de deitar frechas mortais na retirada. O resto era a infantaria, o grosso do exército, do qual faziam parte o Oliveira, admirando o diretor como um deus e supondo-se extraordinário no seu ofício de repórter; o resignado Meneses, indulgente criatura que naquele ambiente de fatuidade e ignorância era o único simples e o único que estudava; o Narciso; o Costa, o Barros, o agente de anúncios que, não contente em auferir vultosas comissões pela publicação deles, ainda lhe pedia a vaidade a ilusão de passar por um “homem de pena” nas “partidas” clubes dançantes e em outras festividades, onde ia sempre representar o jornal e exercer a eloquência, respondendo aos brindes feitos à folha, assessorado pelo Orador Popular, e, além destes, quantos mais! (Barreto, 2018, p. 109).

Novamente, há uma atribuição de inferioridade às figuras narradas por Isaías Caminha. Primeiramente, o narrador declara que, tirando Losque e Lara, toda a redação do O Globo se tratava apenas de uma infantaria, ou seja, o “grosso” do exército. O tom jocoso da afirmação

coloca essas figuras em um papel subalterno nas relações de poder. Oliveira, por exemplo, é referenciado apenas como um “admirador” do chefe, em outras palavras, um bajulador que, ainda por cima, se colocava como extraordinário em sua profissão de repórter; Meneses é um resignado, indulgente criatura; o Costa e Barros, por sua vez, são figuras que se passavam como “homens de pena” que exerciam, em representações oficiais do jornal, apenas a “eloquência” – quase como uma máscara vestida a depender dos lugares frequentados. Além disso, os personagens caracterizados por Isaías ironicamente contrastam com a imagem construída em torno do imaginário de uma cavalaria de guerra. São quase como figuras que, quando se olha bem, não cabem na glória de um campo de batalha patriótico. Esse amálgama de personagens simboliza, de forma contundente, um olhar crítico do personagem diante do espaço jornalístico, de suas figuras masculinas constituintes e também das posições que ocupam esses personagens na hierarquia do trabalho da imprensa.

No andamento do romance, parece existir dois imaginários do masculino por parte de Isaías Caminha. Um vinculado ao conhecimento infinito e aos valores dos grandes homens das letras, ligado intimamente ao pai e aos homens das Belas Letras, e outra vinculada às imagens caricaturais do universo da imprensa – que atuam quase como representações comprovadoras de uma falsa moralidade e, conseqüentemente, de uma determinada masculinidade ligada a um aparelho ideológico do estado. Ambas as representações da masculinidade organizam um discurso aparentemente contraditório, mas que revela no fundo um grande conflito subjetivo em torno do personagem. Agora que está inserido em um pleno espaço institucional e de trabalho da sociedade brasileira, como lidar com o fato de que as projeções do masculino criadas anteriormente não condizem com a realidade material?

Ao fim, o que o romance parece nos revelar é como a linha narrativa de um homem pardo, na virada do século XIX e início do XX, apresenta, de forma silenciosa, a dinâmica social vivida pelas populações negras na incorporação à esfera do trabalho livre, no que se refere à dinâmica da constituição simbólica das identidades sociais. Frente essa dinâmica, o presente trabalho pontua três eixos essenciais a serem balizados: 1) a fragmentada malha racial nacional; 2) a incorporação do homem pardo ao universo do trabalho livre intelectualizado; e 3) a relação entre o ideário simbólico do masculino e a esfera do trabalho assalariado, a partir dos polos da branquitude e negritude. Apesar do olhar crítico de Isaías em relação à imprensa, há um certo posicionamento silencioso do narrador neste espaço. Ora, retomar a dor, como ocorre na primeira etapa do romance, é rememorar uma representação social masculina que precisa ser sistematicamente recalçada. O homem antes do trabalho assalariado é um homem ligado à degeneração feminina da mãe e, para permanecer na esfera do trabalho do Estado-nacional republicano, o sujeito deve se incorporar às etiquetas dos grandes homens da Imprensa. Assim, se o “sofrer” está ligado às

ordens do feminino e racializado, o ato de silenciar a dor sofrida pode ser interpretado como o processo de tornar-se um homem como os demais homens da nova república em ascensão. Em outras palavras: adquirir um certo papel de gênero na sociedade, ou seja, tornar-se certo tipo de homem modelo, é, indubitavelmente, branquear-se.

4 BRANQUEAMENTO RACIAL PELO SE TORNAR O HOMEM NACIONAL

A obra *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* pode ser lida como a representação literária da dinâmica de branqueamento racial condicionado aos elementos de classe, raça e gênero da sociedade brasileira do final do século IX e início do XX. O narrador, ao se incorporar ao mundo do trabalho livre, esquece de si, recalca suas dores e sofrimentos raciais, e afasta a memorização das imagens de sua mãe e da própria dor racial, elemento crucial da categoria raça na tessitura do texto literário. Ao mesmo tempo, foca sua descrição, de forma silenciosa, nas práticas sociais da imprensa e nos jogos de poder ligados à homossociabilidade do Estado-nacional – que conflitam diretamente com a imagem da “verdadeira” forma de ser homem na sociedade – representação trazida pelas memorações do pai. É interessante perceber como o personagem nunca se posiciona contrário às arbitrariedades vistas no espaço jornalístico. Ora, de alguma forma, enunciar o conflito sentido é dar vazão à possibilidade de perda de uma posição de classe, condicionada integralmente à reprodução de um modelo de homem ideologicamente próximo aos valores do Estado-nacional brasileiro.

O romance é constituído no silêncio¹³ do rememorar – silêncio esse que é característica fundante da experiência de cor no Brasil. Esse lugar silencioso marca a posição fragmentada de pessoas pardas na malha racial nacional e, consequentemente, na própria dinâmica do trabalho assalariado e na disputa política da formação das identidades sociais. A constituição de um modelo de organização social e racial baseada na miscigenação, em um contexto em que as trocas sociais e culturais no mundo do trabalho livre acompanhavam a contraditória dinâmica do dispositivo da mestiçagem, tornou o mestiço¹⁴ uma figura crucial para a consolidação de identidades políticas no Brasil. O

¹³ Trabalho o silêncio como experimentação literária no artigo intitulado “Do mestiço à negra dor silenciada: o silêncio na literatura afro-brasileira” (Mariano, 2022) e “Discursos da Negritude” (Mariano, 2022). Trazendo a experiência de cor para o campo da experimentação literária, sugiro que a literatura afro-brasileira não pode ser concebida apenas a partir de um discurso afirmativo e positivo da identidade negra. Sendo a mestiçagem elemento de organização social, e instrumentalizada de diversas formas por diferentes estados-nacionais, haveria um certo sentido de negritude incrustado nas camadas silenciosas do não-dito no texto literário. Para averiguar de maneira eficiente a forma como a negritude se materializa em obras de escritores pardos, é necessário desenvolver ferramentas conceituais e metodológicas que nos permitam adentrar as camadas mais silenciosas do texto literário e materializar os sentidos de negritude a partir do próprio silêncio enquanto recurso estético.

¹⁴ Utilizo o termo mestiço como categoria de análise para a compreensão da formação do sujeito negro, e não como sinônimo de identidade política. Tal termo se aproxima ao que a teórica Glória Anzaldúa chama de *mestizo*. A autora utiliza o termo para compreender a posição dúbia ocupada por certos sujeitos e grupos sociais que se encontram nos limiares das identidades sociais (o que a autora intitula como habitantes da *borderland*). Na conjugação das identidades sociais, há aqueles sujeitos que, pelas condições históricas de espoliação e dizimação de seus povos, vivenciam uma multiplicidade de experiências que, muitas vezes, conflitam-se entre si no campo da formação de identidades político-sociais. Abordarei um pouco mais sobre a questão logo a frente ao tratar do lugar do pardo no mundo do trabalho assalariado.

Estado-nacional, tanto na primeira quanto na segunda república, instrumentalizou essa posição descentrada com o objetivo de desorganizar a luta social protagonizada pelas populações negras, que já então buscavam se organizar em um contexto de formação coletiva em torno de uma identidade política que unisse as distintas experiências de cor do Brasil. Impondo um determinado imobilismo social na dinâmica de classes no Brasil e enclausurando a população negra nas margens dos sistemas de produção nacional, o Estado-nacional brasileiro retirou o conjunto da população negra da estrutura social que, há séculos, possuía a maior potencialidade de organização popular: a esfera do trabalho. Segundo Clóvis Moura:

(...) na dinâmica da sociedade escravista atuou, durante toda sua existência, como mecanismo equilibrador e impulsionador, o trabalho do escravo negro. Esse mecanismo de equilíbrio e dinamismo, já que as classes senhoriais fugiam a qualquer tipo de trabalho, será atingido quando se desarticula o sistema escravista e a sociedade brasileira é reestruturada tendo o trabalho livre como forma fundamental de atividade. O equilíbrio se parte contra o ex-escravo que é desarticulado e marginalizado do sistema de produção (Moura, 2019, p. 98).

Essa grande massa de trabalho, desarticulada e marginalizada do sistema de produção do capitalismo dependente em ascensão, é a comprovação do aparelhamento da política econômica do Estado-nacional junto à estratificação de classes sociais no Brasil. Assumir a população negra (pretos e pardos), apta ao trabalho assalariado, como parte constitutiva da esfera do trabalho formal, é contradizer a própria perspectiva de formação do Estado-nacional que a via como elemento degenerativo de qualquer sociedade civilizada, conforme apresentado no início deste artigo. Ainda mais, o que a elite econômica poderia fazer, uma vez encerrado o aparato jurídico da escravidão que unificava o gigantesco gradiente de cor desse país, incluindo a enorme quantidade de negros-mestiços no território, à uma classe única de trabalho?

É por esse paradigma que as elites econômicas encontram no branqueamento racial a estratégia e mecanismo de organização social para o trabalho livre durante a primeira metade do século XX, permitindo manter um certo recorte populacional fora do sistema de produção nacional e, conseqüentemente, da formação e estratificação das classes sociais no Brasil, a partir da suposta incorporação de sujeitos negro-mestiços à estrutura do trabalho livre, mantendo, no entanto, um certo imobilismo social que impossibilite a ascensão social desse mesmo grupo. Ao lidar diretamente com essa zona marginalizada do sistema de produção, as elites buscaram então desenvolver ideologias que permitissem, de um lado, controlar de forma irrestrita as origens étnicas-políticas dos sujeitos pardos e pretos no Brasil, e, de outro, marginalizar a maioria populacional da sociedade de classes.

Isaías Caminha é a representação do homem pardo que busca exercer um trabalho qualificado no pós-abolição. No entanto, conforme cita o próprio Clóvis Moura, “tudo aquilo que representava trabalho qualificado, intelectual, nobre, era exercido pela minoria branca, ao passo que todo subtrabalho, o trabalho não qualificado, braçal, sujo e mal remunerado era praticado pelos escravos, inicialmente, e pelos negros livres após a Abolição” (Moura, 2019, p. 103). Essa herança passa pela abolição e pelo desenvolvimento da primeira república, e é reforçado pelas elites econômicas a partir de aparelhos ideológicos do Estado-nacional republicano.

A narrativa aprofunda ainda mais essa contradição vista no plano econômico-social, pois: 1) revela a contraditória posição da experiência de cor a partir da relação dialética entre os polos do trabalho assalariado (branquitude) e trabalho marginalizado (negritude), comprovado em seu dubio pertencimento a ambos os polos durante a narrativa e representado formalmente pela divisão do romance em duas partes distintas; e 2) apresenta a forma como as práticas sociais masculinas, as masculinidades, se integram às dinâmicas da esfera do trabalho livre no período republicano, moldando as trocas culturais e a construção da ideologia masculinista nacional no campo subjetivo ao indivíduo.

Primeiramente, o romance transparece lugares demarcados entre o que é próprio do universo ligado à branquitude como lócus do poder social (a imprensa, o trabalho livre e assalariado, as figuras de poder, as imagens do pai, a pequena burguesia carioca, etc) e o que é a negritude enquanto experiência da diferença (trabalho braçal, memória da mãe, a feminilidade, o universo da violência material e simbólica, a miséria, etc). A experiência de cor de Isaías instaura a dubiedade da fronteira limítrofe entre essas duas instâncias das representações simbólicas da identidade social¹⁵, altamente dependentes entre si, principalmente quando vistas pelo prisma da esfera do trabalho no pós-abolição e da experiência de violência ligada à categoria cor no Brasil.

Assim como Leonardinho, em *Memórias de um Sargento de Milícias*, flerta entre os polos da ordem e desordem, em uma figuração malandra para sobreviver à margem da esfera do trabalho (Candido, 2010), Isaías flerta entre os polos da branquitude e negritude com objetivo de encontrar certa “mobilidade” na esfera do trabalho do final do século XIX e início do XX. Para Antonio Cândido, o fluxo entre os polos da ordem e desordem é crucial para a sobrevivência em uma estrutura de trabalho ainda amparada pela instituição da escravidão. Quando tratamos da ascensão em uma sociedade de classes, e da inserção da

¹⁵ Uma identidade social, sob o prisma dos estudos culturais, é constituída por uma representação que classifica, no campo da linguagem, o mundo e as relações sociais, econômicas e culturais. Stuart Hall demarca que esse sistema é a forma como se dá o processo de significação do sujeito ao mundo. A partir da linguagem atribui-se sentido ao mundo, aos produtos culturais, às práticas e ações cotidianas – a práxis, propriamente dita. Para constituir uma identidade social, um processo linguístico é estabelecido em que determinados elementos são projetados, enquanto símbolos, a uma determinada significação. Ser branco está ligado, a depender do contexto, a determinados trabalhos, determinadas características, ideias, conhecimentos, etc. De forma semelhante, ocorre o mesmo com o ser negro: vincula-se ao trabalho braçal, não assalariado, à escravidão, cor de pele, textura de cabelo, etc. A forma como se atribui sentido ao mundo material condiciona as formações de identidades sociais e políticas.

população negra à nova estrutura do trabalho livre, esses polos se tornam racializados e integralmente ligados aos universos simbólicos do trabalho livre e da sociabilidade da república liberal – polos que são ditados pela dinâmica social e pelos símbolos imputados pelo projeto de nação do Estado-nacional brasileiro. São eles, inclusive, que estão no âmago do que constitui os elementos degenerativos e não degenerativos de uma sociedade; são eles que diferenciam o civilizado do pré-moderno. A cristalização desses dois polos no romance, sedimentados no coração da dinâmica do trabalho assalariado e intelectualizado, é o desenho da própria disputa simbólica de identidades sociopolíticas.

As práticas sociais masculinas, por sua vez, tão bem representadas no romance, são os símbolos e valores constitutivos de cada um desses polos. De alguma forma, a masculinidade hegemônica serve como representação simbólica e ideológica de projetos políticos do Estado-nacional que através de uma etiqueta de práticas sociais, imbuídas de plena significação ideológica, estabelecem não somente determinados papéis de gênero, mas também posições de poder na estrutura de classe. Se o trabalho, seja formal ou informal, está associado às projeções racializadas do masculino, conectadas aos polos da branquitude e negritude, a masculinidade, enquanto prática social legitimada por instituições, grupos sociais e pelo próprio Estado-nacional, pode ser compreendida como uma ideologia fundada na práxis social e na própria dinâmica de constituição das classes sociais no Brasil:

É dessa forma que entendemos que a masculinidade se tornou uma forma de práxis social, uma forma de normatização de condutas que define papéis entre os gêneros, uma forma de normatização de condutas que define papéis entre os gêneros privilegiando um dos gêneros, consequentemente, assumindo aspectos ideológicos nas “superestruturas” quanto nas microestruturas: nas famílias, no cotidiano, etc. (De Paula; De Brito, 2013, p. 177).

Essas práticas e costumes ligados ao universo masculino, e apresentados no romance, revelam os valores ideológicos que circunscrevem a formação da primeira república no Brasil - valores que estão incorporados à práxis social, a partir na normatização de condutas que definem os papéis de gênero. Quando vistos pelo prisma da esfera do trabalho livre, identifica-se como a ideologia do Estado-nacional desdobra-se nos mecanismos que buscam segregar a população negra da estrutura de classes no Brasil – um dos principais espaços de organização política em uma república liberal. O que aparenta ser apenas uma aventura ou uma jornada de um homem negro para enfrentar o racismo da capital carioca na virada do século XIX para o XX, é na verdade uma das principais obras, se não a única, que revela a força de dois elementos estruturantes da formação do imaginário de nação pelo Estado-nacional brasileiro: o branqueamento racial como mecanismo estruturante da exclusão do

negro da sociedade de classes; e a masculinidade hegemônica como ideologia que aliena o sujeito negro de seu referencial político da dor.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Lima Barreto demarca os limites de inserção do homem negro ao imaginário do Estado-nacional brasileiro, a partir da representação literária da esfera do trabalho livre no bojo dos aparelhos ideológicos do estado. Especifica a experiência negra brasileira ao colocar no centro da narrativa um personagem de cor parda e, ao fazer esse movimento, desvela tanto uma das principais dinâmicas do racismo à brasileira na esfera do trabalho livre quanto suas implicações no imaginário simbólico do estado-nacional e nas suas práticas disciplinares na ordem do gênero – a partir das projeções que o próprio narrador cria em torno da sociabilidade da sociedade de classe. Identificar os modelos de masculinidade pelos quais o Estado-nacional e, conseqüentemente, os diferentes ideais de nação foram desenvolvidos, nos permite olhar a literatura afro-brasileira a partir de uma perspectiva de contra narrativa ao ideário nacional que coloca em cheque os valores desse mesmo Estado. Assim, pode-se afirmar que, no âmago da disputa das identidades sociais, classe, raça e gênero são elementos estruturantes e simbólicos indissociáveis da disputa político-social. Ao fim, mas não contraditoriamente, é no trabalho que esses marcadores se encontram – revelando, na própria forma literária, a dinâmica do racismo enquanto elemento constitutivo da formação do estado-nacional brasileiro. É também através do trabalho que as noções sociais em torno dos papéis de gênero são cristalizados. Assim, adentrar à esfera do trabalho com um olhar atento a essas dinâmicas revela não somente a nação que somos, mas também os homens que desejamos ser.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. Lisboa: Editorial Presença, 1980.
- ANZALDUA, Gloria. **Borderlands/La Frontera**: La nueva mestiza. Madrid: Capitán Swing, 2016.
- ANDERSON, Benedict Anderson. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.
- BARRETO, Lima. **Obra Completa**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2018.
- BRITO, Gabriel Ferreira de; PAULA, Josías Vicente de. A masculinidade e a ideologia: a socialização masculina. **Revista OPSIS**, Goiânia, v. 13, n. 2, p. 173–188, 2014.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem. In: CANDIDO, Antonio. **O discurso e a cidade**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2010.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à República**: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Unesp, 2007.

CONNELL, R. W. **Masculinities**. Berkeley: University of California Press, 2005.

FIGUEREIDO, Carmen Lucia Negreiros de. **Trincheiras de sonho**: ficção e cultura em Lima Barreto. Rio de Janeiro, 1998.

GUIBERNAU, Montserrat. **Nacionalismos**: o estado nacional e o nacionalismo do século XX. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1996.

INACIO, Emerson. **Vanguardas & Camaradagens**: horizontes e sentidos - Homoerotismo e homosociabilidade em Jogo da cabra cega. Dissertação de mestrado. Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2000.

LENINE, V. I. Sobre o estado. *In*: **Obras Escolhidas em Três Tomos**. Lisboa: Edições Avante, v.3, 1977

MACHADO, Maria Cristina Teixeira. **Lima Barreto**: um pensador social na primeira república. São Paulo: Edusp, 2002.

MARIANO, J. V. N. Discursos da Negritude: reflexões acerca da literatura afro-brasileira. **Revista Crioula**, São Paulo, n. 29, p. 47-69, 2022.

MARIANO, J. V. N. Do mestiço à negra dor silenciada: o silêncio na literatura afro-brasileira. **Revista Em Tese**, Belo Horizonte, v. 28, n. 3, p. 169-181, 2022.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Perspectiva, 2018.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude**: usos e sentidos. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

MISKOLCI, Richard. **O desejo de nação**: masculinidade e branquitude no Brasil de fins do XIX. São Paulo: Annablume, 2012.

MCCLINTOCK, Anne. **Couro imperial**: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. São Paulo: Editora Unicamp, 2018.

PRADO, Antonio Arnoni. **Lima Barreto**: o crítico e a crise. Rio de Janeiro: Cátedra, 1976.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, 2016.

SCHUCMANN, Lia. **Entre o encardido, o branco e o branquíssimo**: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo. São Paulo: Venetta, 2020.

SCHWARCZ, Lilia. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARZ, Roberto. **Ideias fora do lugar**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In*: DA SILVA, Tomaz Tadeu (org). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

Recebido em: 14/04/2026
Aceito em: 15/07/2026